



Universidade: presente!

UFRGS
PROPEAQ



XXXI SIC

21. 25. OUTUBRO • CAMPUS DO VALE

Evento	Salão UFRGS 2019: SIC - XXXI SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2019
Local	Campus do Vale - UFRGS
Título	O Planejamento da Assistência Social: Um Estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre
Autor	ANA PAULA PEREIRA DOS SANTOS
Orientador	LUCIANA PAZINI PAPI

O Planejamento da Assistência Social: Um Estudo na Região Metropolitana de Porto Alegre

Nome do autor(a): Ana Paula Pereira dos Santos
Orientadora: Luciana Pazini Papi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

O planejamento, como conceito pode ser entendido como um instrumento que viabiliza a tomada de decisão orientada, portanto, direcionada ao futuro desejado (MATUS, 1993). Envolve um conjunto de técnicas para formalizar e concretizar as ideias em ação, porém carrega um sentido político, na medida que define as alternativas que causam impacto e possibilitam mudanças concretas no plano social-econômico (GIACOMONI, 2010). Ao possibilitar mudanças concretas, há o enfoque do planejamento centrado nos problemas da sociedade, aproximando as aspirações dos resultados obtidos, e conjugando os fatores conhecidos e imaginados na elaboração das estratégias e soluções públicas. Dessa forma, o planejamento pode ser considerado um instrumento central da gestão pública.

Entretanto, no Brasil o planejamento não é um instrumento amplamente valorizado no setor público. Essa situação pode ser compreendida, de acordo com Carlos Matus (1993), que sustenta que o modelo tradicional de planejamento desenvolvido na América Latina, em geral de conteúdo econômico, formulado por uma elite burocrática centralizada, detentora dos saberes técnicos e, supostamente “neutros”, capazes de predizer as necessidades sociais, levou a baixa aderência/aplicabilidade social dos planos e por consequência ao seu descrédito no cotidiano da ação pública.

É comum ouvirmos que o planejamento é importante para a implementação da política pública, mas que ele limita o poder discricionário dos burocratas de nível de rua; ou seja, que ele impede a entrega efetiva da política para a sociedade pois impossibilita uma maior liberdade dos atores que estão em constante contato com a mesma. No entanto, neste trabalho defendemos o planejamento, não como uma camisa de forças (MATUS, 1993) que constrange a discricionariedade dos burocratas de rua, mas como um orientador da ação e da mudança.

No que tange à política de Assistência Social, reconhecida a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, seu planejamento é parte das obrigatoriedades legais para a implementação. Ademais ele é de suma importância para qualificar a entrega da política pública, pois permite entender as demandas sociais a serem atendidas, os recursos e os instrumentos disponíveis para concretizar as ações necessárias. No entanto, a sua implementação é um processo complexo e nem sempre cumpre com o objetivo central. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é analisar as questões que afetam a construção do planejamento da Assistência Social em âmbito municipal, tendo como enfoque a Região Metropolitana de Porto Alegre.

Com uma metodologia de análise qualitativa, o trabalho lançou mão de questionários semiestruturados e entrevistas a gestores e trabalhadores das secretarias e unidades que realizam a implementação da política pública referida, e em especial o planejamento. Esse trabalho conclui que, o planejamento como prática que orienta o rumo estratégico e a execução dos serviços analisados, é ainda bastante incipiente nos municípios. Por constar como uma obrigatoriedade legal do SUAS para a transferência de recursos, o planejamento nos municípios é ainda muito protocolar, de forma que os planos plurianuais (feitos de quatro em quatro anos), não se desdobram em planos anuais e não possuem, em geral monitoramento e avaliação. De acordo com Carlos Matus, tal incipiência pode ser entendida por conta de uma cultura ainda presente do planejamento tradicional que imputa a apenas alguns atores, com “capacidade”, esta tarefa de planejamento e não envolve um conjunto amplo de atores. Retomando os pressupostos do autor, as políticas públicas com planos orgânicos, realizados de maneira coletiva, têm maior capacidade de atender às demandas cidadãs.

Referências:

- ALMEIDA, R.P. **A experiência brasileira em planejamento econômico: uma Síntese histórica.** In: GIACOMONI, J. Et All. Planejamento e Orçamento governamental. Brasília, ENAP, 2006
- LOTTA, G. S. O papel das burocracias do nível de rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariiedade. In: FARIA, C. A. (Org). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2012. p. 20-49
- MATUS, C. **Política, Planejamento & Governo** – Tomos I e II. Brasília, DF: IPEA, 1993
- PAPI, L.P.; ROSA, T.B.; HAMERSKI, B. **O Planejamento como ferramenta estratégica para a implementação de políticas públicas: os casos da saúde e assistência social em Porto Alegre.** Segundo Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa no Campo de Públicas. Brasília, 2017.
- PAPI, L.P.; ROSA, T.B. **O Planejamento Setorial como fundamento de capacidade estatal local: uma análise da assistência social no município de Porto Alegre – RS.** Terceiro Encontro Nacional de Políticas Públicas. Porto Alegre, 2018.